



TRABALHOS DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA
Vol. 35 (4)

ACTAS VIII

1º CONGRESSO de ARQUEOLOGIA PENINSULAR

PORTO
SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA
1995

**1.º CONGRESSO DE
ARQUEOLOGIA PENINSULAR**

(Porto, 12-18 de Outubro de 1993)

A C T A S

(Coordenação de Vítor Oliveira Jorge)

Vol. VIII

Temos capacidade de produção instalada de electricidade no país superior às nossas necessidades — ponta do ano de 1994 de 5089 mw para uma potência instalada de 7621 mw, sem incluir autoprodutores e produtores independentes, logo cerca de 33 por cento de potência de reserva.

A grande central da Tapada do Outeiro está em construção e quando o gás natural estiver disponível, se for competitivo, irá retirar algum mercado ao consumo de electricidade.

Fica o desafio: apresentem-se os números! Mostrem-se ao próprio Conselho Ambiental da EDP e tragam-se a público, porque há mais quem saiba ler na terra!... E, já agora, incluam-se nos custos os 3 a 11 milhões de contos (?) de protecção às famosas gravuras (números passados pelo Ministério da Tutela ao “Independente” de 13 de Abril).

Então porque, teimosamente, se quer fazer a central?

Respondo: uns porque “não querem dar o braço a torcer”, outros porque na EDP sempre trabalharam para aquele projecto e vêem nele a realização de uma vida profissional, outros ainda porque dizem que a electricidade é de pouco interesse e que o importante é regularizar as cheias do Côa, por fim, a última “bóia de salvação” — assumida em declaração à Lusa em 16 de Fevereiro —, “a barragem é a primeira concretização do que até agora era um mero plano de intenções (...) os transvasamentos de água do Douro para o Alentejo”.

E aqui está o cerne da questão. A barragem é virtual. O mérito pela qual é feita não é suficiente e o que alguns vêem nela não pode ser dito! Porque nunca se discutiram transvasamentos estruturais no país e porque não os podemos assumir para não perder força no debate com a Espanha sobre o Plano Hidrológico. É um argumento de princípio do Governo português.

Depois, se os méritos estão na regularização de cheias ou nos transvasamentos para o Sul, não cabe à EDP decidir sobre essas matérias e, sobretudo, não devem ser as empresas e famílias a pagar na electricidade obras que nada têm a ver com o consumo eléctrico. Aliás, a EDP sempre se bateu, justamente, para não ter de pagar valias das barragens de fins múltiplos, no que não tenha a ver exclusivamente com a valia eléctrica. Este princípio foi adoptado em Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos e foi um dos aspectos incluídos no plano de recuperação económico e financeiro da EDP de 1988.

Resultado, a tutela da energia diz que o Côa é bom como reserva de água, a tutela da água diz que o Côa é bom para a energia e a tutela do planeamento não diz nada, embora cisme com o fim das cheias na Ribeira do Porto.

Foz Côa deve ser debatido mas com transparência. Pegando com coragem os prós e os contras pertinentes. Senão, estamos a dar tempo e espaço às manobras de “chicos espertos”, que julgam passar atestados de ignorância a dez milhões de cidadãos. É o faz-de-conta em Foz Côa!

SOBRE O (PRECÁRIO) ESTADO DA ARQUEOLOGIA EM PORTUGAL: BREVE DEPOIMENTO*

por

Vítor Oliveira Jorge

A Arqueologia, em Portugal, vai mal. Só isso explica que, por exemplo, um caso como o do rio Côa tenha surgido como surgiu e conhecido os desenvolvimentos que até agora conheceu. Por mais que certos organismos oficiais façam propaganda, na televisão e nos jornais, do que, segundo eles, está a ser feito pela Arqueologia, o que é certo é que, neste domínio, reina um total desnorte, que não é apenas resultado da acção dos responsáveis actuais — sejamos justos — mas de décadas de atraso em relação aos nossos vizinhos europeus, para não ir mais longe. Tentarei, neste breve depoimento (pois que o tema dava para um livro), ser breve, esquemático, e, portanto, necessariamente algo simplista e redutor.

O património cultural português tem de dispor de uma Lei de Bases, devidamente regulamentada, que dê à Arqueologia o estatuto a que ela tem jus. A “Lei de Bases” que tem estado na forja, para substituir uma que nunca foi regulamentada, é, simplesmente assustadora. Nesse campo, há que começar de novo.

É preciso notar que o tipo de património com que trata a Arqueologia, ao contrário do dos Arquivos, dos Museus e Palácios, ou das Bibliotecas, se encontra espalhado por todo o território (incluindo as zonas aquáticas), e, por definição, está em ampliação constante. Implica pois um tratamento próprio, que tem de ser conduzido por pessoas da especialidade — arqueólogos, cuja profissão urge reconhecer, até para fins fiscais — necessariamente coadjuvados por muitos outros especialistas. Com o devido respeito, a Arqueologia não pode estar entregue a arquitectos, engenheiros, “políticos” ou “burocratas” não formados neste domínio; os arqueólogos têm de tomar nas suas mãos as rédeas da Arqueologia nacional. Têm de ser vistos como parceiros com quem há que contar em todas as acções que interfiram com qualquer parcela da fisionomia do território, sejam elas em ambiente terrestre (rural ou urbano) ou aquático.

* Divulgado no Jornal *Público* de 10-07-1995.

Só um Instituto Português de Arqueologia (IPA) poderá responder a duas finalidades básicas: coordenação do sector e descentralização das acções a desenvolver ao longo do ano por todo o país. Terá pois de dispor de uma estrutura orgânica adequada, e de meios financeiros, humanos e técnicos próprios ao exercício da sua actividade.

Consequentemente, deverá possuir equipas operacionais nas várias regiões do país (enquanto a almejada regionalização se não processar, sugere-se, no mínimo, a instalação de uma unidade em cada sede de distrito). Este Instituto, integrado num Ministério da Cultura, terá de ter um Conselho Consultivo onde estejam representadas as mais diferentes entidades e competências necessárias ao aconselhamento da sua actividade.

Mas é importante acrescentar dois aspectos.

Sendo a Arqueologia uma actividade praticada nos mais diversos organismos, que interfere com numerosos aspectos da vida nacional, e que tem a ver com a gestão da nossa memória e do nosso passado, é importante que exista um Conselho Superior de Arqueologia (CSA), interministerial, ou directamente dependente do Primeiro Ministro, que defina as grandes linhas de rumo da Arqueologia nacional. Nele os arqueólogos deverão estar sempre em maioria (tal como no CC do IPA), assegurando-se a representação das universidades, do próprio IPA, das autarquias, das Associações profissionais ou académicas e de defesa do Património, etc., etc.

Por outro lado, tal como noutros sectores, o Estado não pode nem deve ser hegemónico na Arqueologia nacional, mas ter apenas um papel condutor e corrector de assimetrias, ou ajustador de actividades. Deverá encorajar-se uma política de constituição de empresas, ou de profissionais liberais, e para muitos trabalhos deverá o Estado abrir concursos.

É óbvio que o Banco de Dados da Arqueologia Portuguesa, capaz de gerar todo o tipo de informações, e nomeadamente a Carta Arqueológica de Portugal (CAP), tem de estar sob a coordenação do IPA, mas sem que seja este necessariamente, por inteiro, a realizá-lo. O que é importante é “ligar em rede” todos os agentes intervenientes na sua feitura, com certas regras de acesso ao sistema e diferentes níveis de consulta, por forma a adequar tais níveis aos fins em vista em cada caso, e a acautelar os direitos de autor.

Aqui, como em muitos outros sectores do país, há que dispor de uma estratégia a médio prazo, documentos de planeamento muito claros, realistas e pragmáticos, sem prejuízo da implementação de acções urgentes, como é o caso, paradigmático, do rio Côa onde, abandonada a ideia da barragem, há que criar um gabinete “de emergência”, interdisciplinar, que leve à criação do Parque Arqueológico Nacional do Rio Côa (PANRC), integrado numa política coerente para a Arqueologia e Património cultural e natural portugueses.

Tal política, simplesmente, não existe, tanto ao nível da investigação, como do inventário, valorização, ensino e divulgação do património arqueológico português. Este está a ser delapidado todos os dias; as verbas afectadas à Arqueologia são, simplesmente ridículas; a comunidade arqueológica é muito insuficiente de um ponto de vista numérico, e em muitos casos ainda com fraco nível de preparação (veja-se a relativa raridade dos técnicos com doutoramento, por ex.). Instalou-se ao longo do tempo um clima de “salve-se quem puder”, com falta de consciência de “classe”, impondo-se uma ética diferente, com espírito de equipa e formação de gente nova, tanto ao nível do ensino médio, profissionalizante, como do superior, com licenciatura própria, e multiplicação de cursos de mestrado e de doutoramento.

A Arqueologia será no futuro uma das protagonistas do desenvolvimento, baseado em novos valores, através de uma “indústria” da cultura e do lazer que tem de começar por “produtos” voltados para as crianças, que sensibilizem as próximas gerações. Mais uma vez o Estado não pode monopolizar, mas antes pelo contrário, deverá incentivar a produção, por agentes privados, de filmes, brochuras, postais, livros, réplicas, T-shirts, programas televisivos, etc., etc., que promovam a Arqueologia, mas onde a Arqueologia também ajude a promover outros bens de “consumo”.

Já que estamos na sociedade do espectáculo, na instantaneidade, do futebol e da telenovelas (com todo o cortejo de frustrações daí resultantes), entremos na corrente, fazendo do “passado”, dos “passados”, produtos consumíveis. Mas sem esquecer que é tão urgente dirigir-nos às massas, como às elites. A Arqueologia é antes de tudo um ramo do saber, uma ciência, com toda a auréola de dificuldade, de aprendizagem e de obscuridade que sempre um saber terá, quer queiramos quer não. O “passado” é um bom antídoto para o stress em que vivemos. Apostar na Arqueologia é também dar um sentido de vida a muitos jovens abandonados ao deserto de uma sociedade de hipermercados e de violência.

Porto, Junho de 1995